

Alerta Legislação nº 39, de 21 a 26 set. 2020

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

MINISTÉRIO DA SAÚDE

PORTARIA Nº 2.561, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

24/09/2020

DECRETO Nº 10.493, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Dispõe sobre a execução do Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 74 (1PA-ACE74), firmado pela República Federativa do Brasil e pela República do Paraguai, em 11 de fevereiro de 2020.

DECRETO Nº 10.491, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020

Altera o Regulamento da Previdência Social, aprovado pelo [Decreto nº 3.048, de 6 de maio de 1999](#).

**Atos do
Congresso
Nacional (CN)**

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 126, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 970, de 25 de maio de 2020](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e da Cidadania, no valor de R\$ 29.058.260.654,00, para os fins que especifica e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 22 de setembro de 2020.

Congresso Nacional, em 23 de setembro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 125, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da [Constituição Federal](#), com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 993, de 28 de julho de 2020](#), publicada, em Edição Extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, em 23 de setembro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 124, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 968, de 19 de maio de 2020](#), que "Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 16 de setembro de 2020.

Congresso Nacional, em 21 de setembro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 123, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 966, de 13 de maio de 2020](#), que "Dispõe sobre a responsabilização de agentes públicos por ação e omissão em atos relacionados com a pandemia da covid-19", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de setembro de 2020.

Congresso Nacional, em 21 de setembro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 122, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 965, de 13 de maio de 2020](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, no valor de R\$ 408.869.802,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 10 de setembro de 2020.

Congresso Nacional, em 18 de setembro de 2020

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 121, DE 2020

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 964, de 8 de maio de 2020](#), que "[Altera a Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017](#), que dispõe sobre

	<p>o exercício da profissão de tripulante de aeronave, denominado aeronauta", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 7 de setembro de 2020.</p> <p>Congresso Nacional, em 18 de setembro de 2020</p> <p>Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Atos do Poder Legislativo</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 175, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre o padrão nacional de obrigação acessória do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), de competência dos Municípios e do Distrito Federal, incidente sobre os serviços previstos nos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003; altera dispositivos da referida Lei Complementar; prevê regra de transição para a partilha do produto da arrecadação do ISSQN entre o Município do local do estabelecimento prestador e o Município do domicílio do tomador relativamente aos serviços de que trata; e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 14.063, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre o uso de assinaturas eletrônicas em interações com entes públicos, em atos de pessoas jurídicas e em questões de saúde e sobre as licenças de <i>softwares</i> desenvolvidos por entes públicos; e altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, a Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, e a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Mensagem de veto.</p> <p><u>LEI Nº 14.062, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020</u> Institui o Dia Nacional da Pessoa com Atrofia Muscular Espinhal (AME). Mensagem de veto</p> <p><u>LEI Nº 14.061, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020</u> Prorroga até 30 de setembro de 2020 a suspensão da obrigatoriedade da manutenção das metas quantitativas e qualitativas contratualizadas pelos prestadores de serviço de saúde, de qualquer natureza, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), estabelecida na Lei nº 13.992, de 22 de abril de 2020; e dá outras providências.</p> <p><u>LEI Nº 14.060, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020</u> Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de <i>drawback</i> que tenham sido prorrogados por 1 (um) ano pela autoridade fiscal e que tenham termo em 2020; e altera a Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009. Mensagem de veto.</p> <p><u>LEI Nº 14.059, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera as Leis nºs 9.264, de 7 de fevereiro de 1996, 11.134, de 15 de julho de 2005, 11.361, de 19 de outubro de 2006, e 13.328, de 29 de julho de 2016, para aumentar a remuneração da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos extintos Territórios Federais e para modificar as regras de cessão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar e da Polícia Civil do Distrito Federal.</p>

<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>CONSELHO DE DEFESA NACIONAL → Secretaria Executiva <u>RESOLUÇÃO Nº 9, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020</u> Classifica o risco das atividades econômicas e estabelece os prazos para resposta aos atos públicos de liberação de responsabilidade do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, no exercício da competência de Secretaria-Executiva do Conselho de Defesa Nacional.</p>
<p>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 57, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020</u> (...) Art. 1º Estabelecer, no anexo desta Instrução Normativa, o volume de açúcar a que terão direito as unidades produtoras de açúcar da região Norte e Nordeste, a exportar para os Estados Unidos da América dentro do 3º adicional de cota preferencial, já descontado o fator de polarização, definido por aquele governo. (...) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 56, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera a redação do artigo 3º da Instrução Normativa nº 13, de 3 de março de 2020, que estabelece as regras e os procedimentos para a avaliação zoogenética, requisito necessário para a inscrição de reprodutores das espécies bovina, bubalina, ovina e caprina em centros de coleta e processamento de sêmen - CCPS, registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, visando promover ganhos genéticos aos rebanhos nacionais. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA <u>PORTARIA Nº 1.663, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020</u> (...) Art. 1º Aprova as diretrizes da Política de Impressão no âmbito do INCRA, constantes do Anexo I. (...) SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 94, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020</u> Aprova o regulamento técnico que fixa os Padrões de Identidade e qualidade para o soro de leite e o soro de leite Ácido. <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 92, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe Sobre a Identidade e os Requisitos de Qualidade do Charque, da Carne Salgada Curada Dessecada, do Miúdo Salgado Dessecado e do Miúdo Salgado Curado Dessecado. → Coordenação-Geral de Agrotóxicos e Afins <u>ATO Nº 53, DE 15 DE SETEMBRO DE 2020</u></p>

	<p>(...) dar publicidade as reclassificações toxicológicas dos produtos formulados agrotóxicos e afins conforme disposto abaixo: (...)</p> <p>→ Departamento de Sanidade Vegetal e Insumos Agrícolas</p>
<p>Ministério da Economia</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL <u>RESOLUÇÃO BCB Nº 17, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera as Circulares ns. 3.644, de 4 de março de 2013, e 3.748, de 27 de fevereiro de 2015, relativas ao procedimento para cálculo do requerimento de capital das exposições sujeitas a risco de crédito sujeitas ao cálculo do requerimento de capital mediante abordagem padronizada (RWACPAD) e à metodologia de apuração da Razão de Alavancagem, respectivamente.</p> <p><u>RESOLUÇÃO BCB Nº 16, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera a Circular nº 3.691, de 16 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o mercado de câmbio, para aprimorar dispositivos sobre a assinatura eletrônica de contratos de câmbio e sobre a entrega e o recebimento dos reais em aquisições de bens e serviços por meio de empresa facilitadora de pagamentos internacionais.</p> <p>→ Área de Política Monetária → Departamento de Operações Bancárias e de Sistema de Pagamentos</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 17, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020</u> Divulga a disponibilização gradual, em ambiente de produção, das funcionalidades e os horários de operação do Sistema de Pagamentos Instantâneos (SPI) que serão observados até o atingimento do seu pleno funcionamento.</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>PORTARIA Nº 933, DE 14 DE SETEMBRO DE 2020</u> Estabelece orientações quanto às medidas protetivas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID 19).</p> <p><u>PORTARIA Nº 962, DE 20 DE SETEMBRO DE 2020</u> Realização de visitas pelas entidades de classes que representam servidores públicos</p> <p>→ Diretoria de Atendimento <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 16, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020</u> Remarcação de atendimento de perícia médica por ocasião do retorno gradual do atendimento presencial</p> <p>SECRETARIA DE AVALIAÇÃO, PLANEJAMENTO, ENERGIA E LOTERIA <u>PORTARIA Nº 20.749, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020</u> Aprova normas relativas à distribuição de prêmios mediante sorteio, vale-brinde, concurso ou operação assemelhada realizada por organizações da sociedade civil, com o intuito de arrecadar recursos adicionais destinados à sua manutenção ou custeio, a que se refere a Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971.</p>

	<p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.976, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020</u> Estabelece procedimentos para habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores (Padis).</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE FAZENDA <u>PORTARIA Nº 21.077, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor dos Ministérios da Educação; de Minas e Energia; da Infraestrutura; e do Desenvolvimento Regional, crédito suplementar no valor de R\$ 415.447.009,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p> <p>→ Conselho Nacional de Política Fazendária <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 28, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p>→ Secretaria do Tesouro Nacional <u>PORTARIA Nº 504, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020</u> (...) Art. 1º Publicar o demonstrativo da Receita Corrente Líquida (RCL) dos últimos doze meses, referente ao 2º quadrimestre de 2020. (...)</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE, EMPREGO E COMPETITIVIDADE → Secretaria de Políticas Públicas de Emprego <u>PORTARIA Nº 21.171, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre o Plano de Ações e Serviços - PAS do Sistema Nacional de Emprego - SINE de que trata o inciso II do art. 6º da Resolução CODEFAT nº 825, de 26 de março de 2019, a ser aprovado pelo respectivo Conselho do Trabalho, Emprego e Renda - CTER.</p> <p><u>PORTARIA Nº 21.130, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre os procedimentos para habilitação de pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, incluindo sociedades empresárias (empresas), associações, entidades filantrópicas e entidades sindicais que exerçam atividades de intermediação de mão de obra, para atuar como parceiras do Sistema Nacional de Emprego - SINE, no âmbito do projeto SINE Aberto, de que trata a Resolução n. 826, de 26 de março de 2019 e suas alterações, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Justiça e Segurança Pública</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 538, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020</u> Institui o Comitê da Fase 2 do Projeto Estratégico "Em Frente Brasil" e define suas atribuições.</p> <p><u>PORTARIA Nº 535, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020</u> Institui o Programa Brasil MAIS.</p>

<p>Ministério do Meio Ambiente</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 504, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020</u> Institui o Programa Cidades+Verdes e o Cadastro Ambiental Urbano - CAU.</p> <p>INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA <u>PORTARIA Nº 2.231, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020</u> Estabelece a classificação de risco de atividades econômicas associadas aos atos de liberação sob responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>RECOMENDAÇÃO CONJUNTA Nº 1, DE 9 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre cuidados à comunidade socioeducativa, nos programas de atendimento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), no contexto de transmissão comunitária do novo Coronavírus (COVID-19), em todo o território nacional e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 2.561, DE 23 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre o Procedimento de Justificação e Autorização da Interrupção da Gravidez nos casos previstos em lei, no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.516, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de custeio para a aquisição de medicamentos do Componente Básico da Assistência Farmacêutica utilizados no âmbito da saúde mental em virtude dos impactos sociais ocasionados pela pandemia da COVID-19.</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.488, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera a Portaria nº 1.742/GM/MS, de 13 de julho de 2020, para dispor sobre o credenciamento temporário de municípios a receberem incentivo financeiro federal adicional per capita, em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância nacional e internacional decorrente do coronavírus.</p> <p><u>PORTARIA Nº 2.442, DE 16 DE SETEMBRO DE 2020</u> Divulga o resultado da Fase de Avaliação do Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde (PQA-VS) de 2019 e os valores a serem transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios que aderiram ao Programa.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO DE DIRETORIA COLEGIADA - RDC Nº 425, DE 24 DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera a Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 357, de 24 de março de 2020, que estende, temporariamente, as quantidades máximas de medicamentos sujeitos a controle especial permitidas</p>

	em Notificações de Receita e Receitas de Controle Especial e permite, temporariamente, a entrega remota definida por programa público específico e a entrega em domicílio de medicamentos sujeitos a controle especial, em virtude da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) relacionada ao novo Coronavírus (SARS-CoV-2).
Ministério Público da União	MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS → Conselho Superior <u>RESOLUÇÃO Nº 268, DE 18 DE SETEMBRO DE 2020</u> Altera a Resolução nº 121, de 15 de agosto de 2011, que dispõe sobre o controle externo da atividade policial, investigação criminal, fiscalização da execução penal e do cumprimento de medidas socioeducativas no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e acrescenta o § 5º ao art. 54 da Resolução nº 205, de 25 de setembro de 2015, e dá outras providências.
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
26/09/2020	<u>LEI Nº 17.289, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020</u> Isenta do ICMS as operações de doação aos órgãos da Justiça Eleitoral de produtos e materiais de combate e prevenção a Covid-19 a serem utilizados durante a realização das eleições municipais de 2020 <u>DECRETO Nº 65.208, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020</u> Dispõe sobre a suspensão, no corrente exercício, da aplicação do disposto no artigo 5º do Decreto nº 25.013, de 16 de abril de 1986 (*), aos servidores em exercício na Secretaria da Saúde, e dá providências correlatas (*) <i>Fixa orientação para pagamento de períodos de férias não gozadas por absoluta necessidade do serviço e/ou de licenças-prêmio, não usufruídas ou não utilizadas para qualquer efeito legal.</i>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Desenvolvimento Regional (SDR)	INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL (IAMSPE) Comunicado <u>BALANÇO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 - CONSOLIDADO</u>

<p>Desenvolvimento Social (SEDS)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDS - 24, DE 24-9-2020</u> Dispõe sobre a Norma Operacional Básica para a 1ª fase do Programa Prospera Jovem e dá providências correlatas</p> <p><u>PORTARIA CIB//SP - 8, DE 22-9-2020</u> Pactua o desenvolvimento e preenchimento da atualização referente ao exercício de 2021 da versão 2018-2021 do Sistema dos Planos Municipais de Assistência Social do Estado de São Paulo, PMASweb</p> <p><u>PORTARIA CIB//SP - 7, DE 22-9-2020</u> Pactua o Projeto de Longevidade, intersetoriais para o envelhecimento ativo da população do Estado de São Paulo</p> <p><u>PORTARIA CIB//SP - 6, DE 22-9-2020</u> Pactua o Plano Estadual de Assistência Social - PEAS 2020 /2023</p>
<p>Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP- 78, DE 23-9-2020</u> (...) Artigo 1º - O valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - ICA, relativo à Bonificação por Resultados – BR do exercício de 2019, para a Secretaria da Fazenda e Planejamento, conforme apuração efetuada pela comissão instituída pela Resolução SF-17, de 16-2-2018, e consubstanciada na nota de apuração anexa, corresponde aos valores: (...)</p> <p><u>PORTARIA DGEP - 5, DE 22-9-2020</u> (...) Índice de variação nominal da arrecadação e o valor unitário da quota (...)</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF) <u>COMUNICADO CAF-G - 14</u> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de agosto de 2020</p> <p>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT) <u>COMUNICADO CAT-13</u> O Coordenador da Administração Tributária declara que as datas fixadas para cumprimento das Obrigações Principais e Acessórias, do mês de Outubro de 2020, são as constantes da Agenda Tributária Paulista anexa.</p> <p>SUPLEMENTO - FAZENDA COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA <u>NOTIFICAÇÃO</u> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 18 da Lei 13.296/08.</p>

<p>Governo (SG)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO COETIC-1, DE 1º-7-2020</u> Dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Estadual de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETIC</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) ↳ Diretoria de Veículos <u>PORTARIA DETRAN-SP - 168, DE 17-09-2020</u> Altera dispositivos da Portaria 68/2017 relacionados ao padrão de execução de vistorias de identificação veicular no Estado de São Paulo e dá outras providências</p>
<p>Transportes Metropolitanos (STM)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO STM-47, DE 21-9-2020</u> Institui Grupo de Trabalho destinado à elaboração de estudos técnicos visando o desenvolvimento de solução tecnológica integrada</p>
<p>Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO GR- 94, DE 22-09-2020</u> Altera a Resolução GR 74/2020, que regulamenta o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros (pretos e pardos), por aferição virtual, para fins de preenchimento das vagas reservadas no sistema de cotas étnico-raciais da Unicamp</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA ↳ Pró-Reitorias ↳ ↳ Pró-Reitoria de Pesquisa (CoPq) <u>PORTARIA PRP-778, DE 21-9-2020</u> Dispõe sobre o Edital de Apoio a Projetos de Pesquisa que apresentem aderência a ao menos um dos objetivos de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas - Agenda 2030-, a saber: 4. Educação de Qualidade; 5. Igualdade de Gênero; 10. Redução das Desigualdades e 16. Paz, Justiça e Instituições Eficazes</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>PORTARIA UNESP-180, DE 28-8-2020</u> Dispõe sobre as normas e regras das provas de habilidades específicas para o Vestibular Unesp 2021</p>
<p>Defensoria Pública do Estado (DPE)</p>	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO NORMATIVO DPG - 83, DE 21-9-2020</u> Institui o órgão Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais na Defensoria Pública e dá outras providências relativas à aplicação da Lei federal 13.709, de 14-08-2018 - Lei Geral de Proteção de Dados</p>

<p>Ministério Público do Estado (MPE)</p>	<p>PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA <u>PORTARIAS DE 22-9-2020</u> A - Subprocuradorias Portaria 9491/2020 - Cria Grupo de Trabalho, no Gabinete do Procurador Geral de Justiça, com o objetivo de desenvolver projeto, a ser apresentado ao Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID), para captação de recursos com vistas ao aprimoramento da atividade-fim por meio da utilização de ferramentas de inteligência artificial, com vistas a produzir benefício direto à população do Estado de São Paulo</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>26/09/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 25, DE 2020</u> Acrescenta o §4º ao Art.1º da Lei 5.451/1986(*). (*) <i>Dispõe sobre a concessão de benefícios a policiais militares julgados inválidos ou falecidos em ato de serviço.</i> DOE, Legislativo, 26/09/2020, p. 4</p> <p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 611, DE 2020</u> Acrescenta 1 ano na contagem de tempo de aposentadoria dos Policiais Militares e funcionários públicos de serviços essenciais. DOE, Legislativo, 26/09/2020, p. 5</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 610, DE 2020</u> Renumerar o parágrafo único, acrescenta o §2º ao Art. 194 da Lei 10.261/68. DOE, Legislativo, 26/09/2020, p. 4</p>
<p>25/09/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 2020</u> Altera a Lei Complementar nº 863, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre as normas de elaboração e redação das leis paulistas, para estabelecer a utilização da linguagem inclusiva de gênero no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 25/09/2020, p. 5</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE) COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 46/2020</u> (Instruções nº 01/2020 - DOE de 22.9.2020) O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA que foram aprovadas pela Resolução nº 07, de 2020 e publicadas no DOE de 22.9.2020, as Instruções nº 01/2020, aplicáveis aos órgãos e entidades públicas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, das esferas estadual e municipal. (...) DOE, Legislativo, 25/09/2020, p. 20</p> <p><u>COMUNICADO SDG Nº 14/2020</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, tendo em vista as</p>

	<p>medidas temporárias de prevenção ao contágio pelo Novo Coronavírus (COVID19), classificado como pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS), e (...)</p> <p>DOE, Legislativo, 25/09/2020, p. 20</p>
<p>24/09/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 608, DE 2020</u> Altera a Lei Complementar nº 863, de 29 de dezembro de 1999, que dispõe sobre as normas de elaboração e redação das leis paulistas, para estabelecer a utilização da linguagem inclusiva de gênero no Estado de São Paulo. DOE, Legislativo, 24/09/2020, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 607, DE 2020</u> Dispõe sobre a prestação do serviço de transporte metroviário e dá outras providências. DOE, Legislativo, 24/09/2020, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 605, DE 2020</u> Autoriza o Poder Executivo a dispor sobre a criação da licença para doação de medula óssea no serviço público estadual. DOE, Legislativo, 24/09/2020, p. 10</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 604, DE 2020</u> Dispõe sobre a criação do Cadastro Estadual de Homicidas de Agentes de Segurança Pública e dá outras providências. DOE, Legislativo, 24/09/2020, p. 9</p>
<p>22/09/2020</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 596, DE 2020</u> Mensagem A-nº 029/2020 do Senhor Governador do Estado Dispõe sobre a inspeção e a fiscalização sanitária e industrial de produtos de origem animal do Estado de São Paulo, revoga dispositivos da Lei nº 8.208, de 30 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a prévia inspeção sanitária de produtos de origem animal, revoga a Lei nº 6.482, de 5 de setembro de 1989, que dispõe sobre a produção e o beneficiamento, em condições artesanais, do leite de cabra e seus derivados, altera a Lei nº 15.266, de 26 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o tratamento tributário relativo às taxas no âmbito do Poder Executivo Estadual e a Lei nº 10.478, de 22 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a adoção de medidas de defesa sanitária vegetal no âmbito do Estado. DOE, Legislativo, 22/09/2020, p. 8</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 594, DE 2020</u> Classifica Ourinhos como Município de Interesse Turístico. DOE, Legislativo, 22/09/2020, p. 8</p>
<p>Publicação DO - Cidade</p>	<p>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</p>

22/09/2020

DECRETO Nº 59.780, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Regulamenta a manutenção, a ocupação e a permissão de uso de comércio e serviços em praças do Município de São Paulo.

DECRETO Nº 59.779, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Acrescenta § 4º ao artigo 8º do [Decreto nº 48.461, de 22 de junho de 2007](#), que regulamenta a [Lei nº 13.562, de 22 de abril de 2003](#), a qual dispõe sobre o reembolso ao órgão ou entidade cedente, nos casos de afastamento de servidores ou empregados públicos, sem prejuízo de vencimentos, para prestação de serviços na Prefeitura do Município de São Paulo.

DECRETO Nº 59.778, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Prorroga até 09 de outubro de 2020 o termo final da suspensão do atendimento presencial ao público a que se refere o artigo 1º do [Decreto nº 59.298, de 23 de março de 2020](#)(1), observados os termos e condições estabelecidos nos Decretos Estaduais [nº 64.994, de 28 de maio de 2020](#)(2), [nº 65.170, de 4 de setembro de 2020](#)(3) e [nº 65.184, de 18 de setembro de 2020](#)(4), e no [Decreto nº 59.473, de 29 de maio de 2020](#)(5).

(1) Suspende o atendimento presencial ao público em estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços.

(2) Dispõe sobre a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, institui o Plano São Paulo e dá providências complementares.

(3) Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020.

(4) Estende a medida de quarentena de que trata o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020.

(5) Estabelece, nos termos do Decreto Estadual nº 64.994, de 28 de maio de 2020, normas para o funcionamento de estabelecimentos de comércio e de serviços localizados na Cidade de São Paulo, dispondo sobre o procedimento, condições e diretrizes para a gradual retomada de atividades, em conformidade com as diretrizes do Governo Estadual; prorroga o prazo previsto no artigo 1º do Decreto Municipal nº 59.298, de 23 de março de 2020, que dispõe sobre o combate à pandemia de Coronavírus.

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço:http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Mauro Sérgio Nascimento da Silva
maurosilva@sp.gov.br

Silvio Tadeu Brígido
sbrigido@sp.gov.br

Edson Prates
eprates@sp.gov.br

Secretaria de Governo do Estado de São Paulo

Biblioteca Jurídica - Secretaria de Governo do Estado de São Paulo / Casa Civil

(11) 2193-8107 e 2193-8144

ccivil@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o *link*:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>